

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

IPVA: UMA ANÁLISE ENVOLVENDO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO E A COBRANÇA EFETIVADA PELO ESTADO DE MINAS GERAIS POR MEIO DA SOLIDARIEDADE

IPVA: AN ANALYSIS INVOLVING VEHICLE TRUST ALIENATION AND THE COLLECTION ACHIEVED BY THE STATE OF MINAS GERAIS THROUGH SOLIDARITY

Josafé Araujo Fernandes¹
Edmilson Araujo Rodrigues²

RESUMO

É intento do presente estudo analisar a cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) pelo Estado de Minas Gerais na perspectiva da responsabilidade solidária do credor fiduciário e do devedor fiduciante. No caso de inadimplência do contribuinte em relação à obrigação tributária, o Estado Minas Gerais patrocina a ação de Execução Fiscal. Em face de grave lacuna legislativa na definição de normas gerais do IPVA, alguns estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo adotam a prática da ação de execução fiscal em face de eventuais credores denominados de responsáveis tributários. O Estado sobredito tem como justificativa para o lançamento do crédito tributário a propriedade do bem alienado objeto da garantia, cujo titular é o credor fiduciário e a solidariedade é o escólio da Lei n. 14.937/03. Como suporte teórico para o desenvolvimento do tema utilizou-se da visão de Gonçalves (2013) e Barretto (2012). A metodologia utilizada apresenta caráter exploratório, por meio de um procedimento de pesquisa bibliográfica. Quanto à abordagem, o aspecto adotado fora o qualitativo. Os resultados da investigação levaram a considerar que a cobrança do IPVA tem como critério a propriedade que, no caso em tela, é representada pelo credor fiduciário que é o proprietário (possuidor indireto) do veículo e quem tem direito de reavê-lo em caso de inadimplemento do fiduciante. Ao final, conclui-se que, embora exista uma discussão sobre o lançamento do crédito tributário, percebe-se que há uma atribuição ao proprietário (possuidor indireto) e credor fiduciário pela responsabilidade do pagamento em caso de inadimplência por parte do devedor fiduciante (possuidor direto). De modo diverso, o entendimento do presente estudo coaduna-se com a doutrina majoritária, que considera como exemplo de propriedade resolúvel a alienação fiduciária, portanto não assistindo ao credor fiduciário a propriedade plena.

Palavras-chave: Lacuna Legislativa; Poder de Tributar; Alienação fiduciária; Execução Fiscal; Solidariedade.

1 Graduação em Direito pela Faculdades Integradas do Norte de Minas – Funorte e Pós-Graduando em Direito Processual Civil nas Faculdades Damásio. E mail < fjosaf@gmail.com>.

2 Doutor em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino –UMSA. Professor Orientador das Faculdades Integradas do Norte de Minas – Funorte. E mail< eeddmilson@ig.com.br>.

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the collection of the Tax on Ownership of Motor Vehicles (IPVA) by the State of Minas Gerais in view of the joint liability of the fiduciary creditor and the fiduciary debtor. In the event of the taxpayer's default in relation to the tax obligation, the State of Minas Gerais sponsors the Tax Enforcement action. In the face of a serious legislative gap in the definition of IPVA general rules, some states, such as Minas Gerais, Rio de Janeiro and São Paulo, adopt the practice of tax enforcement action against possible creditors called tax officials. The above-mentioned State has as justification for the launching of the tax credit the property of the alienated object object of the guarantee, whose holder is the fiduciary creditor and the solidarity is the scolio of Law n. 14,937 / 03. As a theoretical support for the development of the theme was used the vision of Gonçalves (2013) and Barretto (2012). The methodology used is exploratory, through a bibliographic research procedure. As for the approach, the aspect adopted was the qualitative one. The results of the investigation led us to consider that the IPVA collection is based on the property that, in the present case, is represented by the fiduciary creditor who is the owner (indirect owner) of the vehicle and who has the right to recover it in case of default of the trustor. In the end, it is concluded that, although there is a discussion about the launch of the tax credit, it is perceived that there is an attribution to the owner (direct owner) and fiduciary creditor for the responsibility of the payment in case of default by the fiduciante debtor (possessor direct). In a different way, the understanding of the present study is in line with the majority doctrine, which considers fiduciary alienation as an example of resolvable property, thus failing to see the fiduciary creditor fully owned.

Keywords: Legislative gap; Power of Tax; Fiduciary alienation; Tax Execution; Solidarity.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer das duas últimas décadas, a economia do país vem passando por diversas ondas de oportunidades de crescimento e, conseqüentemente, de desenvolvimento³, tendo o setor automotivo, como grande gerador de emprego, que vem contribuindo sobremaneira para aqueles objetivos macroeconômicos, sendo incentivado, por um lado, pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, por outro, pela oferta de crédito para a aquisição de veículos pelos consumidores finais. Nesse cenário, passou-se a buscar mecanismos que possibilitassem o contínuo desenvolvimento do Brasil.

3 O presente artigo foi elaborado numa perspectiva temporal das duas últimas décadas (1994-2014), não foram consideradas variações conjunturais a exemplo da crise econômica vivida no Brasil nos últimos dois anos (2014-2015).

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

A alienação fiduciária de veículos, como modalidade de garantia para empréstimos e financiamentos de tais bens, foi um dos grandes fenômenos que possibilitaram esse crescimento. Não é demais destacar que essa modalidade de garantia possibilitou um maior incremento no mercado automobilístico. Dentro dessa perspectiva, o instituto da alienação fiduciária, que passou a ser utilizado de forma abrangente, foi responsável pelo financiamento do setor automotivo brasileiro no século XXI.

Tomando em conta esse panorama, percebe-se que houve um forte incremento no crescimento da frota de veículos em circulação em muitos municípios brasileiros, gerando empregos e fazendo a economia prosperar. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a expansão do crédito ao consumo de veículos ocorrida nas últimas décadas foi decorrente da queda das taxas de juros, da ampliação de prazos de financiamento e por mudanças institucionais no Brasil, como a ampliação do instituto da alienação fiduciária (BARROS; PEDRO, 2011).

O instituto da alienação fiduciária caracteriza-se por um contrato bilateral em que, um comprador obtém crédito destinado à aquisição de um bem móvel infungível e, para tanto, oferece tal bem em garantia do empréstimo, constituindo a propriedade fiduciária em favor do credor fiduciário. Para caracterizar a propriedade plena, necessário se faz haver alguns elementos essenciais. Por meio da alienação fiduciária, as instituições financeiras ofertadoras de crédito passaram a ter maior segurança em aumentar a oferta de crédito, uma vez que, teriam a seu favor mecanismos que minimizariam suas perdas e que reaveriam seus créditos com maior rapidez, quando comparado com as garantias clássicas do direito.

O instituto tornou-se amplamente utilizado e foi um dos grandes responsáveis pelo financiamento do setor automotivo brasileiro no Século XXI, o que possibilitou ainda mais o crescimento do país, a geração de empregos e acúmulo de riquezas pelos mais variados setores da economia. No entanto, nos últimos anos, tem sido constante algumas discussões sobre a legitimidade dos credores fiduciários em figurar nos autos das Execuções Fiscais, em razão das prerrogativas que o negócio fiduciário proporciona, fruto de uma lacuna legislativa.

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

A despeito de todo o contexto sobredito, nos últimos anos, vem ocorrendo algumas discrepâncias relacionadas com medidas adotadas por alguns estados, no sentido de incluir no polo passivo, em sede de execução fiscal de cobrança de débitos do IPVA, de forma solidária, os credores fiduciários. Essas circunstâncias têm como causa as prerrogativas que o negócio proporciona aos credores fiduciários, considerando-os como proprietários dos veículos. Em torno desse aparato têm surgido diversas discussões doutrinárias e jurisprudenciais sobre a legitimidade passiva do credor fiduciário nas ações de Execuções Fiscais, tendo como leito características do negócio fiduciário.

Nesse mesmo caminhar, alguns estados, notadamente o Estado de Minas Gerais, em sede de execução fiscal de cobrança de parcelas do IPVA, inadimplidas pelos proprietários de veículos automotores, vem imputando responsabilidade solidária aos credores fiduciários, sob a égide da Lei Estadual nº 14.937/2003, que institui o IPVA.

É importante reter na mente que o presente estudo dedica-se a analisar a cobrança do IPVA pelo Estado de Minas Gerais na perspectiva da responsabilidade solidária do credor fiduciário e do devedor fiduciante. Quanto ao problema de pesquisa, nota-se a necessidade de questionar: até que ponto o credor fiduciário tem responsabilidade solidária pelas obrigações tributárias do devedor fiduciante?

Diante dessa indagação, entende-se a necessidade de examinar o poder de tributar do Estado de Minas Gerais, numa visão constitucional, verificando a competência estadual sobre a matéria. E ademais, é oportuno demonstrar as lacunas legislativas atinentes ao IPVA e a necessidade de Lei Complementar para definição de suas normas gerais, além de avaliar a possibilidade de insegurança jurídica nas relações entre o Estado, o credor fiduciário, o devedor fiduciante e os impactos na economia do país. Por fim, verifica sugestões de soluções no âmbito das relações contratuais para minimizar os efeitos do problema.

A problemática levantada originou-se de alguns questionamentos: Qual o limite da responsabilidade do credor fiduciário em obrigações tributárias do devedor? Quais os impactos que tal responsabilização pode causar na economia? Restrições

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

no acesso e na disponibilidade de crédito? Quais os precedentes jurídicos que amparam essas medidas por parte do Estado de Minas Gerais?

Na busca de respostas, o presente estudo assumiu uma característica abrangente, quando baliza sua fonte de pesquisa em bibliografias de diversos ramos do Direito, a exemplo do Tributário, Constitucional, Econômico e do Direito Real de Propriedade.

A metodologia utilizada apresenta caráter exploratório, assumindo a forma de pesquisa bibliográfica. Também tem caráter, quanto à abordagem, vinculado ao aspecto qualitativo, na medida em que apresenta pequenas amostras de dados e informações coletados em fontes de estudos e pesquisas de organismos econômicos. Não é demais destacar que o trabalho tem como objetivo principal, analisar a cobrança do IPVA pelo Estado de Minas Gerais na perspectiva da responsabilidade solidária do credor fiduciário e do devedor fiduciante.

Ressalta-se que, como opção metodológica, esse trabalho se restringiu ao Estado de Minas Gerais, apesar de, em alguns aspectos, ter caráter comparativo com legislações de outros estados. Não se teve a pretensão de esgotar o assunto, muito pelo contrário, tratou-se de levantar a questão para discussão, mesmo por que são escassos os estudos até o momento sobre a matéria.

O desenvolvimento da temática deu-se com a seguinte configuração: i) A primeira abordagem envolve as origens das obrigações tributárias relacionadas ao IPVA, contemplando um panorama histórico desse tributo, suas origens, bem como seus conceitos e características; ii) na sequência, destina-se exclusivamente a tratar sobre a Alienação Fiduciária, dispondo, de forma sucinta, as origens etimológicas, os conceitos doutrinários e legais sobre o instituto, as partes e a natureza do negócio jurídico da alienação fiduciária de bem móvel no ordenamento jurídico pátrio; iii) na terceira parte será tratada de uma visão constitucional do referido imposto, abordando a sua previsão originária na Carta de 1967 e atual, bem como a determinação de sua regulamentação por Lei Complementar, além da lacuna legislativa existente perante o poder estatal de tributar; iv) no tema seguinte será aduzido sobre a necessidade de lei complementar sobre o IPVA, considerando a inércia do poder legiferante em suprir a lacuna legislativa exposta no seção anterior,

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

aduzindo as características e funções, além da importância de uma legislação federal na regulamentação das normas constitucionais; v) no penúltimo assunto será explanado sobre o panorama macroeconômico do setor automotivo no Brasil, apresentando dados que expõem o crescimento da economia, capitaneada pelo mercado de automóveis e sua correlação com medidas de incentivo, como a ampliação do acesso ao crédito com garantia de alienação fiduciária; e vi) no último tópico será abordado sobre a análise de risco na concessão de crédito, como suporte utilizado pelas instituições financeiras na decisão de aprovação dos créditos, expondo os parâmetros e fatores que interferem nessa análise.

Insta pontuar que nas considerações finais haverá uma reflexão sobre Legitimidade Passiva, recentemente atribuídas ao credor fiduciário, bem como suas repercussões futuras no âmbito jurídico-social brasileiro.

2. Contextualização do IPVA

O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), criado a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (CFRB/88), é originário da Taxa Rodoviária Única (TRU), antigo tributo federal, criado pelo Decreto-Lei nº 999/69. Cobrado pela União, destinado à construção e conservação de rodovias, sua nomenclatura estava incorreta, uma vez que taxa implica contraprestação de serviço público ou poder de polícia. Sendo assim, atualmente, a TRU seria uma contribuição, não pode ser um imposto, uma vez que a sua arrecadação era vinculada para construção e conservação de rodovias.

Sendo o mais recente imposto brasileiro, o IPVA teve sua previsão inicial na Carta de 1967 e, posteriormente, pela emenda constitucional nº 27/1985. Por sua vez, o Código Tributário Nacional, criado em 1966, não contemplou previsão legal que dispusesse sobre esse imposto.

Em 1985, a cobrança da TRU tornou-se ultrapassada, pois as principais rodovias do país já haviam sido construídas, então, a referida emenda constitucional extinguiu-a e criou o IPVA, que não tem a arrecadação afetada, sendo um imposto

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

eminentemente fiscal, ou seja, não há vinculação com a construção nem com a conservação de rodovias.

O IPVA consiste no imposto cobrado aos proprietários de veículos automotores. Seu fato gerador é ser dono de um veículo automotor. Está previsto constitucionalmente no artigo 155, III. Percebe-se que, no silêncio de norma geral nacional, os Estados definem por meio da lei o fato gerador, a base de cálculo, as alíquotas e o sujeito passivo.

A principal finalidade do IPVA é fiscal, ou seja, presta-se apenas a arrecadar receita para o Estado. Contudo, possui também finalidade extra-fiscal, uma vez que as alíquotas são diferenciadas em relação ao combustível do veículo. É de todo proveitoso assentar que a extra-fiscalidade justifica-se pelo apelo ambiental, considerando que os danos causados pelo uso de combustíveis fósseis poluem mais o meio ambiente. Para Machado (2011, p. 394), “do ponto de vista da justiça fiscal, melhor seria que o IPVA tivesse alíquotas acentuadamente progressivas em função da utilidade e do valor do veículo, onerando mais pesadamente os automóveis de luxo”.

Como se pode verificar, o fato gerador constitui-se permanente e contínuo, apurando-o no primeiro dia de cada ano. Nesse dia, a pessoa que é proprietária de um veículo é obrigada a recolher o IPVA ao fisco estadual. Em relação a veículos novos e aos importados adquiridos no decorrer do ano, o fato gerador ocorre quando da aquisição ou da entrada do veículo no país, e o imposto será proporcional ao número de meses do ano em que o veículo esteve na propriedade do contribuinte (BARRETTO, 2012). Nessa linha, veja-se o excerto de Machado (2011) entendendo que:

[...] a propriedade não é fato gerador do imposto antes do licenciamento do veículo pelo órgão competente. A não ser assim as fábricas e os revendedores de automóveis teriam de pagar o IPVA desde o momento em que se completasse a respectiva industrialização ou importação (MACHADO, 2011, p. 395).

Nesse sentido, nota-se que o sujeito passivo do IPVA é o “dono” do bem. Esse é quem deverá pagá-lo. Havendo a venda do veículo, remanescendo débitos

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

fiscais, o adquirente torna-se o responsável tributário, em razão da sucessão tributária, prevista no artigo 131 do Código Tributário Nacional, que dispõe que haverá transferência de responsabilidade tributária para o adquirente do bem, o qual responderá por todas as dívidas tributárias que o perseguirem. No direito civil, esse tipo de obrigação denomina-se *propter rem*. Também é possível haver responsabilidade solidária entre alienante e o adquirente, prevista em lei estadual, conforme o artigo 124, CTN (BARRETTO, 2012). Diante dessa perspectiva, segundo Machado (2011):

Há quem afirme que, tratando-se de veículo adquirido com alienação fiduciária em garantia, contribuinte do IPVA é a instituição financeira credora, até que ocorra a quitação. Assim, o imposto somente seria devido por quem adquire o veículo automotor com alienação fiduciária depois da quitação. Não obstante respeitável esse ponto de vista não nos parece correto. O fato gerador do IPVA, na verdade, é a propriedade do veículo, mas como tal se há de entender o direito de usar e gozar desse bem, ainda que limitado esteja o direito de dispor do mesmo, em razão da denominada alienação fiduciária em garantia (MACHADO, 2011, p. 396).

Nesse itinerário, nota-se que a base de cálculo é o valor de mercado do veículo, ou seja, valor venal do bem, e será determinada de acordo com as condições do comércio. Por ser um bem já usado, ano a ano este valor é naturalmente diminuído, conseqüentemente, reduzida a base de cálculo do IPVA. Sendo assim, as Secretarias de Fazenda fixam valores em uma tabela, caso o contribuinte não concorde com o valor atribuído, pode impugná-lo (BARRETTO, 2012). Quanto à base de cálculo, Alexandre (2011) assevera que:

A base de cálculo do imposto necessariamente deve quantificar o fato gerador, podendo ser definida como o valor venal do veículo. Suas alterações não estão sujeitas ao princípio da noventena, consoante dispõe o art. 150, § 1º, da CF/1988. Relembre-se que com o advento da Emenda Constitucional 41/2003, o IPVA ficou sujeito a noventena (anterioridade nonagesimal). Entretanto, por força do art. 150, §1º, da CF/1988, as alterações da base de cálculo do tributo não estão sujeitas ao princípio (ALEXANDRE, 2013, p. 616).

A esse respeito, veja-se também o seguinte esclarecimento:

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Aliás, a rigor, em referência ao IPVA é inadequado falar-se de alíquota e de base de cálculo. Esse imposto tem o seu valor estabelecido em tabela divulgada pelos Estados. Não há cálculo a fazer-se. Tendo-se em vista a marca, o modelo e o ano de fabricação do veículo, localiza-se na tabela o valor do imposto a ser pago (MACHADO, 2011, p. 395).

A modalidade de lançamento do IPVA é de ofício ou direta, considerando que a Fazenda Pública dispõe das informações sobre os registros de veículos automotores, por intermédio de seus DETRAN, e assim realiza a notificação ao sujeito passivo. É importante asseverar que alguns estados divulgam os nomes, os quais, após notificados, têm prazo para que sejam realizados os pagamentos do tributo, à vista, ou parcelados e, caso não haja o adimplemento da obrigação tributária, surge o crédito tributário, passível de haver penalidade com a inscrição do nome em dívida ativa, cobrança de juros e multa, além da possibilidade de execução fiscal.

3. O instituto da alienação fiduciária como garantia

Dentre as garantias previstas na legislação civil, a alienação fiduciária faz parte do gênero pelo qual o devedor oferece um bem como garantia de certa obrigação perante o credor. Esse, por sua vez, passa a deter a propriedade resolúvel do bem, devolvendo-o ao devedor ao final do contrato, com a liquidação total do débito.

Esse negócio jurídico caracteriza-se pela transferência da propriedade para o credor fiduciário do bem pertencente ao devedor fiduciante, sob condição resolutiva, qual seja, o adimplemento total da dívida vinculada à referida propriedade.

O devedor perde a propriedade plena com a alienação fiduciária, ficando com a posse direta e o credor, por sua vez, assume a propriedade resolúvel do bem, permanecendo nessa condição até que o evento futuro e incerto, como condição, do pagamento integral da dívida, realmente ocorra. O devedor, além de permanecer com a posse direta, ainda continua com o direito de readquiri-la, caso cumpra sua obrigação de pagamento integral da dívida.

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Por outro lado, caso seja configurada a mora do devedor ou ele se torne insolvente, ao credor assiste faculdade de promover ação de execução ou de busca e apreensão do bem objeto da garantia, com o intuito de obter a propriedade definitiva do bem, podendo aliená-lo, judicial ou extrajudicialmente, para satisfação do seu crédito.

A alienação fiduciária foi prevista no direito romano e visava disciplinar a transferência de propriedade entre as partes, conforme descrito por Leitão (2008) nos seguintes termos:

[...] as partes realizavam uma transmissão da propriedade (para as *res mancipi* normalmente através da *mancipatio* ou da *in iure cessio*), comprometendo-se o adquirente a conservar a coisa para garantia de um crédito, devolvendo-a ao transmitente após a sua satisfação. Normalmente, a alienação fiduciária não implicava a transmissão da posse para o adquirente, conservando antes o devedor o objeto em seu poder (LEITÃO, 2008, p. 267).

Nessa linha, Pereira (2005, p. 426) ensina que a modalidade especial de garantia instrumentaliza-se a partir da "[...] transferência, ao credor, do domínio e posse indireta de uma coisa, independentemente de uma tradição efetiva, em garantia do pagamento de obrigação a que acede, resolvendo-se o direito do adquirente com a solução da dívida garantida".

Diante dessa realidade, para o aperfeiçoamento do negócio jurídico, é essencial existir o credor fiduciário, o devedor fiduciante e o bem dado em garantia. Valendo, pois, ressaltar que esse negócio tem natureza jurídica condicional, visto que sua eficácia é adstrita ao cumprimento da obrigação por parte do devedor, e que, apesar de não estar elencando no rol do artigo 1.225 do Código Civil, apresenta natureza de direito real de garantia, isto é, havendo o cumprimento da obrigação com a quitação total da dívida, o bem estará integralmente liberado.

Ressalta-se, pois que a propriedade fiduciária vem disciplinada no Código Civil, artigos 1.361 a 1.368, constantes do Capítulo IX, logo após o capítulo concernente à propriedade resolúvel, numa clara distinção feita pelo legislador ordinário entre a propriedade resolúvel típica, e a propriedade resolúvel decorrente da alienação fiduciária. Então, o Código Civil considera fiduciária a propriedade

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor transfere ao credor, em garantia de dívida e que, uma vez constituída, ocorre o desdobramento da posse, tornando o devedor possuidor direto e depositário do bem até o pagamento da dívida.

Em regra, é necessário o registro do contrato de alienação fiduciária no Registro de Títulos e Documentos no caso de bens móveis em geral, entretanto, no caso de veículos, é suficiente a anotação da alienação fiduciária no certificado de registro na repartição competente para o licenciamento (DETRAN), como se depreende do artigo 1.361, § 1º, do Código Civil.

A alienação fiduciária em garantia é contrato bilateral e sendo registrado no órgão competente, constitui a propriedade fiduciária que é um direito real e, portanto, é oponível *erga omnes*, de maneira que pode ser reivindicada perante quem quer que seja.

4. O IPVA e a lacuna legislativa à luz da Constituição de 1988

O IPVA surgiu constitucionalmente com a Carta de 1967, não tendo sido feita qualquer menção a esse imposto no Código Tributário Nacional, editado um ano antes. Desde então, foi mantida a sua previsão na CFRB/88, sendo esta a única norma nacional que ampara os institutos do IPVA.

No seu artigo 155, a CFRB/88 atribui aos Estados e ao Distrito Federal a competência para instituírem impostos sobre: transmissão causa *mortis* e doação; operações relativas à circulação de mercadorias e serviços de comunicação e transporte; e, por fim, sobre propriedade de veículos automotores. E ainda, no § 6º do mesmo artigo 155, consta preceituação de que as alíquotas de tal imposto poderão ser diferenciadas em função do tipo e da utilização do veículo, bem como deverão ser fixadas alíquotas mínimas pelo Senado Federal com o seguinte escólio:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:
[...]
III - propriedade de veículos automotores.
[...]
§ 6º O imposto previsto no inciso III:
I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;
II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

(BRASIL, 1988).

Essa última norma citada, constante do inciso II do referido parágrafo, incluída no texto constitucional pela Emenda Constitucional 42/2003, que determinou ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas, denota quão importante é a matéria, para se evitar a chamada “guerra fiscal”. Adversamente ao tema sobredito, o Senado ainda não emitiu qualquer resolução, descumprindo o texto constitucional. Como consequência, percebe-se uma guerra fiscal entre Estados que geram desigualdades, ferindo o pacto federativo e carece de proteção à autonomia dos entes estatais, coibindo práticas que possam prejudicar uns aos outros, no afã arrecadatário. Por exemplo: quando um Estado impõe alíquota de 2% (dois por cento) e outro fixa em 1% (um por cento) as empresas frotistas vão migrar de um Estado para outro, na busca de pagar menos imposto, prejudicando, assim, os estados, bem como os municípios do Estado “perdedor” da guerra fiscal.

A CFRB/88, no seu artigo 146, inciso III, determina que as normas gerais referentes à legislação tributária, sobretudo no que tange à definição de tributos, a fatos geradores, a bases de cálculos, etc., só podem ser estabelecidas por meio de lei complementar, senão vejamos:

Art. 146. Cabe à lei complementar:

[...]

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

- a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes, obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;
- b) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas;
- c) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239 (BRASIL, 1988).

Conforme a CFRB/88, leis complementares são normas gerais de caráter nacional e tem matéria reservada, sendo essenciais na uniformização do sistema jurídico, regulando com base no princípio da isonomia. Dessa forma, o objetivo do

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

artigo 146 da Carta Magna, quando determina a competência de Lei Complementar para fixar normas gerais sobre tributos, é uniformizar a cobrança bem como evitar atritos entre os entes federativos na mesma direção do artigo 155, § 6º, II, comentado alhures.

Nesse corolário, a CFRB/88 impõe a necessidade de Lei Complementar regulatória do IPVA, para que sejam delineados: i) o fato gerador; ii) a base de cálculo; e iii) os contribuintes de tal imposto. Com base na lei geral é que os Estados exerceriam o poder de tributar. Nesse caso, a amplitude da competência legislativa dos entes tributantes é limitada, visto que é condicionada por legislação federal. É curial, pois alertar que o objetivo dessa limitação constitucional é garantir a uniformidade tributária em todo o território nacional, com base no princípio da isonomia.

O Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172/1966, foi recepcionado pela CFRB/88 por força do artigo 34, § 5º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Na sequência, destaca-se que o CTN tem caráter de Lei Complementar e representa as normas gerais para muitos tributos. Todavia, não há qualquer dispositivo no referido Código relativo ao IPVA. Nessa esteira, é importante asseverar, portanto, que a única menção em norma nacional a tal tributo é na própria CFRB/88. Essa verdadeira lacuna legislativa acaba por conferir competência legislativa plena aos estados membros para definir fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA.

Vale ressaltar que o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) é de que, quando a União deixa de editar normas gerais, ou seja, existindo lacuna legislativa, como é o caso do presente estudo, os estados podem exercer competência legislativa plena, prevista no artigo 24, § 3.º, da CFRB/88 que assim obtempera: “Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades” (BRASIL, 1988).

O questionamento da competência tributária plena dos Estados foi levada à apreciação do STF em razão da falta de Lei Complementar Federal. Consonante com o artigo 146, III, “a”, e o artigo 24, § 3º, ambos da CFRB/88, atribuem aos estados competência plena para legislar ante a ausência de Lei Federal sobre

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

normas gerais. Diante dessa formatação, o Ministro Ricardo Lewandowski manifestou-se que:

Esta Corte, em diversas oportunidades, decidiu que na ausência da lei complementar referida, os Estados não ficam impedidos de instituírem os impostos de sua competência. Segundo entendimento firmado por ambas as Turmas deste Tribunal, ante a omissão do legislador federal em estabelecer as normas gerais pertinentes, os Estados-membros, também em matéria tributária, podem fazer uso de sua competência legislativa plena com fulcro no art. 24, § 3º, da Constituição. (STF - RE: 601247 RS , Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 13/10/2011, Data de Publicação: DJe-200 DIVULG 17/10/2011 PUBLIC 18/10/2011) (BRASIL, 2014)

Em respeito ao pacto federativo, constante do artigo 1º da CFRB/88, havendo lacuna legislativa de normas gerais, não há impedimento aos estados editarem normas em relação aos tributos de sua competência. Na eventualidade de Lei Complementar sobre normas gerais do IPVA ulterior, isso implicaria na suspensão da eficácia das leis estaduais em sentido estrito.

Com relação às alíquotas do IPVA, estas serão definidas por legislações estaduais e não poderão ser progressivas com base no valor do veículo. A EC nº 42/2003 previu a definição de alíquotas diferenciadas para o IPVA conforme o tipo e a utilização do veículo, seja utilitário ou de passeio, conforme mencionado supra.

Assim, o STF determinou a impossibilidade de definir alíquota diferenciada para automóveis importados, com fulcro no artigo 152, CRFB/88, no qual está insculpido o princípio da não discriminação pela procedência ou destino. Estou com o norte em Alexandre (2013) ao assentar que:

[...] não se pode tributar diferentemente veículos nacionais e importados, o que agrediria o princípio da não discriminação com base na procedência ou destino, previsto no art. 152, CF/1988, bem como a cláusula do tratamento nacional, que prevê equivalência de tratamento entre o produto importado, quando este ingressa regularmente no território nacional, e o produto similar nacional (ALEXANDRE, 2013, p. 614).

Como se pode verificar, é pacífica a questão da competência estadual para legislar sobre matéria tributária não contemplada em Lei Complementar de

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

normas gerais. Caso surja Lei Complementar superveniente, versando sobre normas gerais de IPVA, ficaria suspensa a eficácia das leis estaduais em sentido estrito, com fulcro no artigo 24, § 4º, CRFB/88. Nesse caso, os estados membros teriam que adequar suas leis à lei nacional. Nesse mesmo estribo, segue importante julgado da Suprema Corte:

RECURSO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - COMPETÊNCIA. A teor do disposto no artigo 28, § 2º, da Lei nº 8.038/90, compete ao relator a que for distribuído o agravo de instrumento, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, bem como no Superior Tribunal de Justiça, com o fim de ver processado recurso interposto, o julgamento respectivo. IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DISCIPLINA. Mostra-se constitucional a disciplina do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores mediante norma local. Deixando a União de editar normas gerais, exerce a unidade da federação a competência legislativa plena - § 3º do artigo 24, do corpo permanente da Carta de 1988 -, sendo que, com a entrada em vigor do sistema tributário nacional, abriu-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a via da edição de leis necessárias à respectiva aplicação - § 3º do artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta de 1988. (STF - AI-AgR: 167777 SP, Relator: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 04/03/1997, Segunda Turma, Data de Publicação: DJ 09-05-1997 PP-18134 EMENT VOL-01868-04 PP-00796) (BRASIL, 1997).

Diante dessa lacuna legislativa, é facultado aos estados o livre estabelecimento de regras cujo mister é a definição sobre tal tributo. Por conseguinte, o poder de tributar do estado não é ilimitado, apesar de uma das funções do estado ser a consecução do bem comum, e, por isso, gozar de prerrogativas e privilégios nas relações jurídicas. Sendo assim, a relação jurídico-tributária também obedece a princípios balizados no direito. Não é mera relação de poder, e sim, uma relação jurídica como todas as outras e, devido à interferência que gera no direito à propriedade, de cunho privado, o legislador estabeleceu diretrizes e limitações a tal poder insculpidos na CFRB/88 (ALEXANDRE, 2015).

5. Necessidade de lei complementar sobre IPVA

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Ratificado pelo Estado Democrático de Direito, as leis complementares, *latu sensu*, têm a finalidade de integrar as normas constitucionais, conferindo-as eficácia plena, à luz de princípios da própria CFRB/88. Como a Lei Maior não tem o condão de abarcar todos os atos e fatos jurídicos da realidade de uma sociedade, para isso está prevista a existência de legislações infraconstitucionais, as quais regem a sociedade em geral. Em sentido estrito, a Lei Complementar é caracterizada constitucionalmente como uma lei especial que, por sua vez, tem um rito diferenciado e mais rígido de votação nas casas legislativas, já que se presta a versar sobre matéria e processo de elaboração expressamente determinado pela própria CFRB/88. Por conseguinte, segundo Moraes (2001):

A razão da existência da lei complementar consubstancia-se no fato do legislador constituinte ter entendido que determinadas matérias, apesar da evidente importância, não deveriam ser regulamentadas na própria Constituição Federal, sob pena de engessamento de futuras alterações, mas, ao mesmo tempo, não poderiam comportar constantes alterações através de um processo legislativo ordinário. O legislador constituinte pretendeu resguardar determinadas matérias de caráter infraconstitucional contra alterações volúveis e constantes, sem, porém, lhes exigir a rigidez que impedisse a modificação de seu tratamento, assim que necessário. Para tanto, a lei complementar se diferencia da lei ordinária em dois aspectos: o material e o formal (MORAES, 2001, p.532).

A função da lei complementar em matéria tributária é atuar no sistema normativo tributário uniformizando-o e harmonizando-o nacionalmente. Havendo uma lei complementar tratando de tributos da competência de estados e municípios, estes se submetem à mesma disciplina normativa referente à obrigação tributária, fato gerador, prescrição, decadência, lançamento, alíquotas, além de remissão de dívidas, isenções, entre outros institutos compreendidos no ordenamento tributário.

A liberdade de legislar à maneira de cada estado, em matéria de IPVA, teve como consequência um sem número de problemas, como por exemplo, omissões, tratamentos diferenciados, conflitos, etc.

Dentro desse aspecto, há variações de alíquotas de estado para estado, além disso, existe tratamento diferenciado de cada ente federado referente ao uso e ao tipo do veículo, também há mudanças em relação aos valores considerados como base de cálculo, além de não haver uniformidade quanto às regras relativas à

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

cobrança do IPVA, seja administrativa ou judicialmente, por meio de execução fiscal. Portanto, um mesmo veículo pode ter todos os institutos jurídicos divergentes, de acordo com o ente estadual. Isso representa uma insegurança jurídica de proporções incomensuráveis.

Uma lei complementar definindo normas gerais do IPVA teria o condão de regulamentar as limitações constitucionais ao poder de tributar, e como resultado concretizaria os princípios constitucionais relativos aos direitos fundamentais dos contribuintes nas suas relações jurídicas com o Estado. Essa situação promoveria a uniformização das leis estaduais e daria um termo à guerra fiscal entre os estados.

É de fácil compreensão, por conseguinte, que a lei complementar do IPVA traria normas gerais de definição das alíquotas mínimas em relação ao tipo e à utilização do veículo automotor, ficando também a cargo do Poder Executivo Federal fixar a sua base de cálculo.

Ao abrigo de tais fundamentos, o poder constituinte originário tem a concreitude de suas intenções por meio das Leis Complementares que, como o próprio nome já diz, complementam a CFRB/88. Por isso, as Leis Complementares tem como função trazer até a sociedade a intenção do legislador constituinte. Apesar de haver na Carta Magna de 1988 normas programáticas, é importante destacar que há também normas constitucionais de eficácia e aplicabilidade que devem ser cumpridas, mesmo que para tanto seja necessária alguma regulamentação por Lei Complementar, e, portanto é inconteste que sejam criadas Leis Complementares, notadamente a que regulará o IPVA, conforme o artigo 146, da CRFB.

É imperioso apontar que em março de 2014, a Suprema Corte reconheceu repercussão geral do problema em relação ao local onde deve ser pago o IPVA, se no domicílio ou sede do contribuinte ou onde o veículo está licenciado e registrado. Insta, no momento asseverar que o Judiciário não seria procurado para resolver tais questões, caso existisse uma Lei Complementar de normas gerais definindo local de pagamento da exação, logo, mais uma vez o Poder Judiciário assume a face de legislador, conforme julgado:

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

O relator do ARE 784682, ministro Marco Aurélio, destacou que 'embora menos conhecida se comparada à relativa ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS está em curso no país uma guerra fiscal envolvendo o IPVA. Ante a autonomia dos estados para fixar as alíquotas do tributo, tornou-se prática comum contribuintes registrarem veículos em unidades federativas diversas daquela em que têm domicílio, porque o imposto devido é menor. Isso faz surgir verdadeiro conflito federativo. O fenômeno envolve diferentes segmentos econômicos e mesmo pessoas naturais'. Na avaliação do ministro, o tema é passível de repercutir em inúmeras relações jurídicas (BRASIL, 2014).

A solução para essa e demais questões está nas mãos dos nossos legisladores, que devem sair da inércia e agir no sentido de minimizar os problemas enfrentados pelos contribuintes, bem como combater a fragilidade e inconsistência do sistema tributário nacional.

Nessa toada, há as Leis Complementares 87/1996 e 116/2003, que regulam normas gerais relacionadas aos impostos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). É de correntio conhecimento, que os referidos diplomas legais estabelecem normas que deverão ser seguidas pelos estados e municípios em relação aos respectivos impostos de competência de cada ente político. Repita-se: os municípios respondem pela competência do ISSQN e os estados pela competência do ICMS. Dentro dessa perspectiva, essa distribuição de competência tem como desiderato a uniformização das respectivas regras de competência em todo o território nacional.

Nesse caminhar, a LC nº 87/1996, que regula o ICMS, popularmente conhecida como Lei Kandir⁴, estabelece normas gerais sobre hipóteses de incidência, bases de cálculo, competências, sujeições passivas, isenções, substituição tributária, local de prestação ou operação onde haverá a incidência, direito de crédito, entre outros aspectos atinentes ao referido tributo. Nessa mesma linha, a LC nº 116/2003 versa sobre ISSQN e estabelece regras gerais sobre hipóteses de incidência, local do fato gerador, serviços tributados e não tributados, além de caracterizar o contribuinte, fixar alíquotas máximas e base de cálculo. Os

4 Entrou em vigor em 13 de setembro de 1996 no Brasil. Ficou conhecida pelo nome de seu autor, o ex-deputado federal Antônio Kandir.

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

dois exemplos citados não dão margem a discricionariedades dos estados e municípios a adotarem parâmetros diferentes aos estabelecidos.

Nessa quadra de ideias, o ICMS e o ISSQN são as principais fontes de arrecadação de estados e municípios, respectivamente, motivo da existência de Leis Complementares abrangendo-os. Adversamente, como o IPVA não representa arrecadação tão importante, provavelmente o legislador federal o tenha deixado de lado em termos de editar sua Lei Complementar. Cabe, nesse ponto, reiterar que a limitação do poder de tributar, prevista constitucionalmente, é essencial que se concretize, e isso só se dá pela via de Lei Complementar, que protege os direitos de contribuintes e confere segurança jurídica às relações.

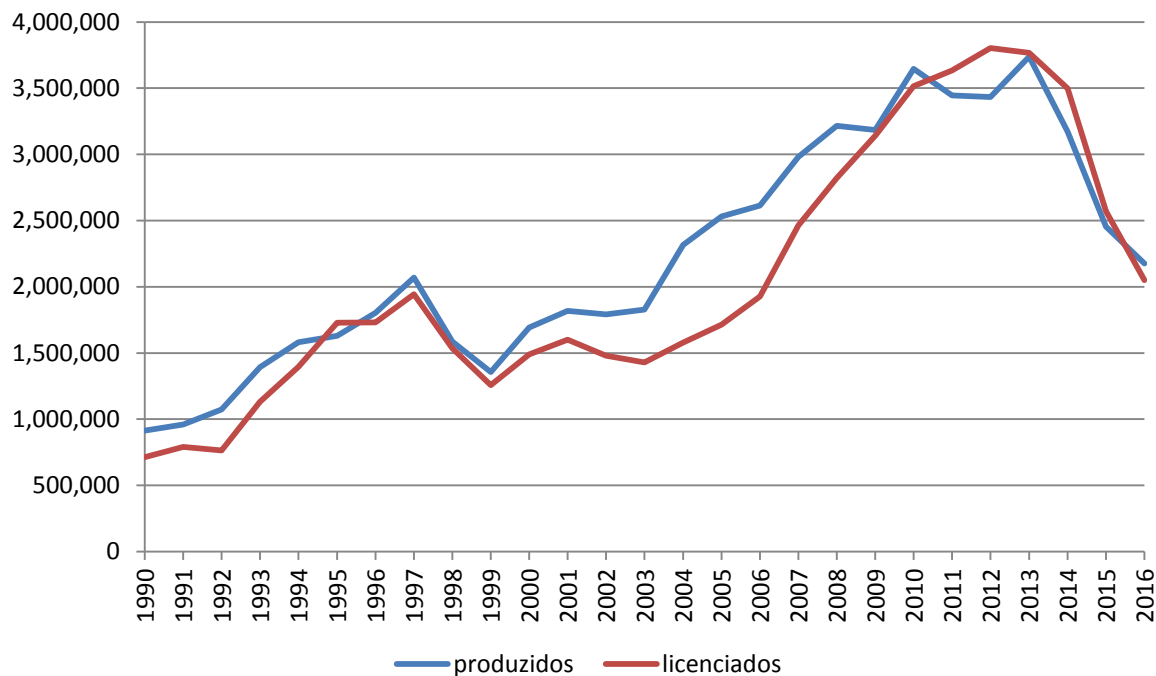
Insta verificar que, caso houvesse Lei Complementar regulando normas gerais sobre o IPVA, não haveria tantas leis estaduais desuniformes, algumas beirando o absurdo como, por exemplo, permitindo aos estados cobrar IPVA de aeronaves e embarcações, bem como não existiriam estados considerando credores fiduciários como solidários no pagamento do imposto de veículos financiados.

6. Panorama econômico do setor automotivo

O Gráfico 1 mostra a evolução da produção e dos licenciamentos de veículos no Brasil entre os anos de 1991 e 2016.

Gráfico 1 - Produção e licenciamento de autoveículos no Brasil

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.



Fonte: ANFAVEA (2017)

Conforme o gráfico acima, houve um aumento significativo na produção brasileira de veículos automotores, o que representou quase 460% (quatrocentos e sessenta por cento) entre 1995 e 2013, partindo de pouco mais de 914 (novecentos e quatorze) mil unidades no início nos anos 1990, chegando a mais de 3,7 (três vírgula sete) milhões em 2013, quando atingiu o ápice. A partir do ano de 2003, os registros de licenciamento de veículos tiveram um incremento regular ano após ano. A substancial elevação das vendas é atribuída, entre outros fatores, ao crescimento da renda média dos brasileiros; à ascensão social de parcela da população, que possibilita a aquisição do primeiro carro para muitos indivíduos pertencentes à classe “C”; à redução dos níveis de desemprego; ao maior acesso ao crédito; à redução das taxas de juros; e ao alongamento dos prazos de financiamentos (BARROS; PEDRO, 2011).

No ano de 2012, no auge do mercado automotivo, foram vendidos, em média, pouco mais de 19 (dezenove) veículos para cada mil habitantes no Brasil. Apesar de reduzido esse índice em relação aos países desenvolvidos, houve uma evolução significativa. No ano de 2000, vendiam-se, em média, mais de 8 (oito)

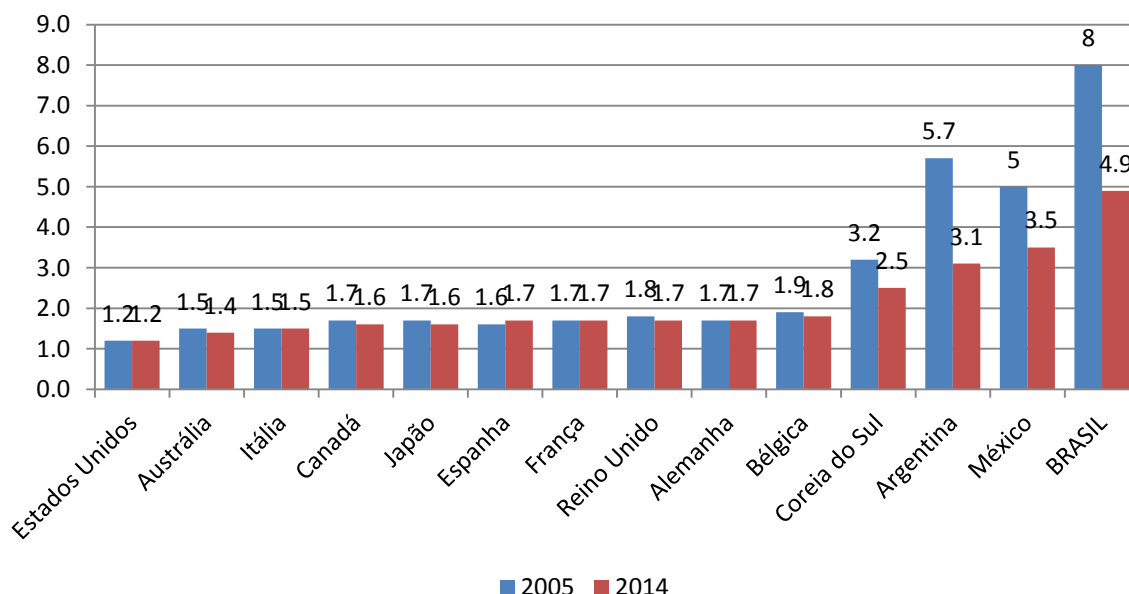
FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

veículos para cada mil habitantes. Devido à crise econômica dos 03 (três) últimos anos esses indicadores caíram, fechando 2015 com 12 (doze) veículos por mil habitantes.

Como parâmetro de comparação, antes da crise de 2007, nos Estados Unidos eram vendidos cerca de 53 (cinquenta e três) veículos para cada mil habitantes. Já na Alemanha e no Japão esse número chegava a 49 (quarenta e nove) e 36 (trinta e seis), em média, no ano de 2009, respectivamente (ANFAVEA, 2017).

Em outros países, como por exemplo, na Argentina e na Coreia do Sul, eram vendidos 15 (quinze) e 24 (vinte e quatro) veículos para cada mil habitantes, respectivamente. Nesse contexto, outro indicador estatístico interessante para mensuração do potencial de mercado do Brasil, é o número de habitantes/veículos, que tem diminuído nas últimas décadas e, nesse caso, quanto menor melhor. Contudo, ainda fica atrás dos países desenvolvidos e mesmo dos países em situação semelhante à do Brasil.

Gráfico 2 – Habitantes por veículos – 2005/2014



Fonte: ANFAVEA (2017)

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Como se pode verificar no Gráfico 2, em 2005, o Brasil contava com 8 (oito) habitantes para cada veículo. Já em 2014, essa proporção caiu para quase 5 (cinco) habitantes por veículo. Outro caso de indicador de “quanto menor melhor”. Por sua vez, países desenvolvidos como, por exemplo, Estados Unidos tinham pouco mais de 1 (um) habitante por veículo, além dos exemplos do Canadá, França e Alemanha, com quase 2 (dois) habitantes por veículo, no ano de 2005, enquanto países em desenvolvimento como México, com 5 (cinco) e Argentina com quase 6 (seis) habitantes para cada veículo, respectivamente.

O principal impacto positivo para que o setor automotivo, como um dos maiores empregadores de mão de obra do país, apresentasse o desempenho acima susodito, sem dúvida, foi a redução do IPI, incidente sobre os preços dos automóveis como medida de incentivo adotada pelo governo brasileiro, que também promoveu o aumento da oferta de crédito pelos bancos e financeiras, além de uma linha de crédito para empresas produtoras de autopeças, por meio do Banco do Brasil. Além disso, houve mudanças nas taxas de financiamento dos bancos de desenvolvimento, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as quais foram importantes durante o período pós-crise financeira de 2007/2009, com resultados positivos na cadeia produtiva do setor automotivo brasileiro.

Nesse axial, verifica-se uma correlação direta entre o aumento da oferta de crédito e o total de veículos vendidos. Estima-se que, algo em torno de 70% (setenta por cento) das vendas de veículos leves e 90% (noventa por cento) das vendas de veículos de carga (caminhões, ônibus, etc.), são realizadas com apoio creditício de financiamento, consórcio ou *leasing* – modalidade de arrendamento mercantil. Assim, o aumento do crédito ao setor não aconteceu somente a partir da crise financeira. Segundo estudo do IPEA, a expansão do crédito observada nos últimos anos pode ser explicada pela queda das taxas de juros, pela extensão do prazo de financiamento dos veículos e por mudanças institucionais no Brasil, como a ampliação do instituto da alienação fiduciária (BARROS; PEDRO, 2011).

O desempenho da demanda por crédito e o crescimento das vendas de veículos a partir de 2009 denotam certa relação de causalidade entre essas

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

variáveis. Nesse contexto, vale destacar que a evolução na retomada do aumento das vendas do setor automotivo tem como fatores preponderantes à flexibilização do crédito e a redução do IPI.

7. A Análise de risco na concessão de crédito⁵

O conceito de risco abrange quatro vertentes: Risco de Mercado, Risco Operacional, Risco de Crédito e Risco Legal (ou sistêmico). O Risco de Mercado relaciona-se com o comportamento do preço do ativo em função das condições de mercado. O Risco Operacional está relacionado a possíveis perdas resultantes de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos. Para o objeto do presente estudo interessa apenas os dois últimos: o risco de crédito e o risco legal.

O Risco de Crédito está relacionado às probabilidades de perdas caso um dos contratantes não cumpra suas obrigações. O Risco Legal abrange as probabilidades de perdas no caso de um contrato não puder ser legalmente amparado, seja por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte do negociador ou por insegurança jurídica. A palavra “perdas” corresponde aos valores que o credor não receberá.

Na análise de crédito realizada por instituições financeiras são considerados, a princípio, dois cenários, a conquista de clientes e a sua manutenção. Em ambos os casos, analisa-se o retorno antes de aprovar o crédito. Essa análise é feita em cada uma das propostas de concessão de crédito e exige conhecimentos técnicos além de uma boa visão do mercado.

O risco existe e é inerente a toda e qualquer operação de crédito, pois não se pode perder de vista a probabilidade de ocorrerem fatos inesperados e adversos, que possam causar o inadimplemento da obrigação estabelecida em um contrato. Conforme Silva (2003, p. 63), “Enquanto promessa de pagamento há risco da mesma não ser cumprida”.

⁵ O acadêmico, autor do presente trabalho, é Gerente Geral de uma instituição financeira há mais de 20 (vinte) anos e utilizou-se, na presente exposição, de seus conhecimentos e experiências, além de bibliografia.

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Não interessa ao credor ter o seu direito garantido se o devedor não dispuser de recursos para satisfazê-lo. Na análise de uma proposta de crédito são ponderadas todas as variáveis inerentes ao risco do cliente e da operação, por meio de informações acerca de seu comportamento com os seus negócios pretéritos e presentes, analisando a viabilidade do crédito a aprovar, bem como o seu futuro, projetando a sua capacidade de pagamento (SILVA, 2003).

No processo de análise de crédito, são considerados fatores internos e externos que podem interferir na concretização de um contrato e no seu adimplemento. Como fatores internos são identificados os riscos inerentes aos empréstimos e financiamentos, chegando-se a conclusões com relação à capacidade de pagamento do tomador e recomendando-se medidas mitigadoras, levando-se em consideração a modalidade de crédito que será concedido e o perfil do tomador.

Os fatores externos são aqueles que fogem ao controle das partes em um contrato entre credor e devedor, e que interferem no seu desenvolvimento. São representados pelas condições macroeconômicas, políticas e jurídicas, caracterizadas por eventos “acidentais”. Estes acontecimentos são fenômenos que fogem do normal. Como exemplos de fatores externos, podem ser citadas: medidas governamentais de política econômica, arrefecimento de um determinado segmento econômico, o comportamento do mercado de uma forma geral, bem como medidas judiciais atípicas.

Outro fator importante é o relativo à região geográfica, ou seja, observa-se que agentes econômicos, pretensos compradores de veículos de regiões geográficas distintas, são tratados de forma diferente. Por esse motivo, consumidores podem adotar comportamentos de realizar seus negócios em regiões que lhes oferecem melhores condições, em detrimento de regiões que se lhes impõem restrições. Por outro lado, os próprios agentes financiadores, também podem adotar medidas mitigadoras de risco, específicas para as regiões que adotam restrições, impondo-lhes condições de crédito mais rigorosas, como taxas de juros diferenciadas, necessidade de maiores garantias, ou mesmo restringir a oferta de crédito. Tome-se como exemplo, no mercado de seguros, as companhias

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

seguradoras que adotam modelos de risco diferenciados para cada região, impondo prêmios de seguro mais onerosos onde há maior risco.

Todas essas informações constantes da análise de crédito são levadas em conta por quem tem a alçada decisória, seja individual ou colegiada, no momento de decidir sobre a aprovação ou não do crédito. Obviamente que existem parâmetros pre-estabelecidos que determinam o rigor com que as informações da análise de crédito são produzidas e consideradas no momento da decisão. Esses parâmetros consideram as condições do crédito, tais como, valor, prazo, taxa de juros, garantias, condicionantes para liberação, etc.

Considera-se que as medidas judiciais adotadas pelo Estado de Minas Gerais, quando da cobrança de crédito tributário de IPVA, em sede de execução fiscal, imputando ao credor fiduciário uma responsabilidade solidária como fator importante, a ser considerado na análise de risco de crédito na concessão de empréstimos e financiamentos aos compradores de veículos, podendo restringir o crédito a esse segmento no estado ou atribuir maior rigor na aprovação das operações de crédito.

8. Considerações finais

O presente artigo visou levantar questões que justifiquem a necessidade de criação de uma lei complementar regulando normas gerais sobre o IPVA. Abordou-se esse imposto com seu histórico, conceitos, características e fundamentos, bem como os aspectos constitucionais. Como mais recente imposto constante do ordenamento jurídico pátrio, o IPVA tem amparo legal nacionalmente apenas na CFRB/88, sendo facultado aos Estados a competência plena para editar suas normas. Foram enfrentados temas controvertidos devido à falta da Lei Complementar. A exposta lacuna legislativa tem como consequência vários problemas, vez que a legislação dispersa sobre o referido tributo fere o princípio da isonomia, propicia a guerra fiscal entre os estados, traz insegurança jurídica às relações, bem como causa uma série de situações indesejadas em virtude da não uniformidade das leis estaduais sobre IPVA.

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

É cediço na doutrina que o conceito de obrigação é o vínculo jurídico em virtude do qual uma pessoa pode exigir de outra prestação economicamente apreciável. No intuito de fortalecer esse direito de exigir e o desenvolvimento da atividade econômica, consagra-se no ordenamento brasileiro, o Princípio da Segurança Jurídica das Relações.

Buscando-se a concretude desse princípio, no que tange às obrigações, o Código Civil Brasileiro de 2.002 estabeleceu espécies de garantias que visam assegurar que o compromisso assumido por umas das partes fosse devidamente cumprido, mesmo em razão de um inadimplemento. Dentre as inúmeras espécies de garantias, o presente trabalho destacou a modalidade especial intitulada Alienação Fiduciária de Bens Móveis.

O instituto da alienação fiduciária em garantia, mesmo tendo extrema importância na economia do País, como suporte ao crédito, aliada à lacuna legislativa supra, ainda suscita incertezas e reflexões sobre a adequação do seu arcabouço legislativo e jurisprudencial.

No estudo em análise, também foram apresentados aspectos relativos aos critérios que instituições financeiras utilizam na análise de riscos inerentes à concessão de crédito, e foram destacadas 2 (duas) classificações desses riscos consideradas de acordo com as modalidades de operações de crédito, sejam empréstimos ou financiamentos disponíveis no mercado financeiro. Com isso, verificou-se que a análise do risco na concessão de crédito pode concluir por medidas mitigadoras que, algumas vezes, restringem o crédito de acordo com as variáveis que se apresentam em cada situação específica, sendo tal análise essencial à decisão de concessão, ou não, do crédito.

É absolutamente correto e legal que o tributo sempre decorre de um fato lícito, conforme artigo 3º do CTN, tendo, em princípio, como responsável, aquele que teve relação direta com o fato gerador, o chamado contribuinte, e quem teve a solidariedade atraída pelo interesse comum na constituição do fato gerador, como previsto no artigo 124, inciso I, do mesmo diploma legal. Entretanto, imputar responsabilidade àquele que, em princípio, ocupa uma posição afastada da relação

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

jurídico-tributária, não pode ter outro sentido que não o caráter de sanção, como declara de forma tranquila a doutrina, referendada pela jurisprudência.

A bem da verdade, o “interesse comum” na constituição do fato gerador não pode ser considerado como suficiente para a delimitação da solidariedade. A hermenêutica da referida norma só aponta no sentido de situações em que haja unilateralidade no fato tributado, por exemplo, no caso de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de imóvel que tenha 2 (duas) ou mais pessoas como proprietárias.

Por outra via, em se tratando de fatos que se caracterizam pela bilateralidade de pessoas em posições contrapostas, com objetivos antagônicos, a solidariedade existirá entre os sujeitos ocupantes do mesmo polo da relação, caso seja essa a parte eleita pela lei para absorver a obrigação tributária. É o que ocorre, por exemplo, no caso do Imposto sobre a Transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI), quando 2 (dois) ou mais são os compradores.

Ora, qual pode ser a culpa do credor pelo inadimplemento do IPVA, se esse não é notificado e tampouco pode ter o controle sobre se houve ou não houve recolhimento?

De todo o exposto, é cristalina a impossibilidade de se cobrar, administrativa ou judicialmente, o pagamento de débitos de IPVA solidariamente do credor fiduciário, no caso de inadimplemento do devedor fiduciante. Tais sujeitos estão em polos distintos. Nesse curial, o devedor fiduciante tem a efetiva e legítima propriedade do veículo automotor, exercendo sobre o susodito bem os seus direitos. É de todo descabido e contraditório que o credor fiduciário não detentor da propriedade efetiva do bem, estando em polo oposto, participando da relação como mero recebedor do bem em garantia de um negócio jurídico, não cabendo a interpretação extensiva de que há “interesse comum”, figure como polo passivo de execução fiscal no caso abordado no presente artigo.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário esquematizado**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (ANFAVEA). **Anuário da Indústria Automobilística Brasileira**. São Paulo, Anfavea, 2017.

BARRETTO, Pedro Menezes Trindade. **Gabaritando tributário: super dicas para sua aprovação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

BARROS, D. C.; PEDRO, L. S. **As mudanças estruturais do setor automotivo, os impactos da crise e as perspectivas para o Brasil**. BNDES Setorial, n. 34. Rio de Janeiro: BNDES, 2011.

BRASIL, Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1967.

_____, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____, Decreto-Lei n. 999 de 21 de outubro de 1969. **Institui Taxa Rodoviária Única, incidente sobre o registro e licenciamento de veículos**. Presidência da República. Brasília, 1969.

_____, Lei n. 5.172 de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional**. Congresso Nacional. Brasília, 1966.

_____, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Congresso Nacional. Brasília, 1966.

_____, Lei Complementar n. 87 de 13 de setembro de 1996. **Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (LEI KANDIR)**. Congresso Nacional. Brasília, 1996.

_____, Lei Complementar n. 116 de 31 de julho de 2003. **Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal**. Congresso Nacional. Brasília, 2003.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em recurso especial**. Violação do artigo 535 do CPC. Inexistência. IPVA. Execução fiscal. Credor fiduciário. Interpretação de lei local (lei estadual 14.937/03). Impossibilidade. Súmula 280/STF. Agravo não provido. Banco Santander do Brasil S.A. e Estado de Minas Gerais.

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJ, 12 de novembro de 2014. STJ - AREsp: 398037 MG 2013/0318627-0, Brasília, nov. 2014.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Ordinário em Mandado de Segurança**. Mandado de Segurança. Ato Judicial. Terceiro Prejudicado. Alienação Fiduciária. Isenção de IPVA. Súmula 202/STJ. Lei Estadual Nº 10.849/92. Recurso provido. Relator: Ministro Castro Meira. DJ, 08 de novembro de 2007. STJ - RMS 24854 / PE. 2007/0188187-0, Brasília, nov. 2007.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário. Constitucional**. Tributário. Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores. Ausência de Lei Complementar Nacional que disponha sobre o tributo nos termos do Artigo 146, III, a, da Constituição. Exercício da competência tributária plena pelos estados membros com amparo no Artigo 24, § 3º, da Constituição. Precedentes. Previsão de alíquotas diferenciadas em razão do tipo de veículo. Agravo improvido. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. DJe 114, 12 de junho de 2012. STF - RE: 601247 Agr, Brasília, jun. 2012.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso - Agravo de Instrumento - Competência**. A teor do disposto no artigo 28, § 2º, da Lei nº 8.038/90, compete ao relator a que for distribuído o agravo de instrumento, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, bem como no Superior Tribunal de Justiça, com o fim de ver processado recurso interposto, o julgamento respectivo. Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores. Agravo improvido. Relator: Ministro Marco Aurélio. DJ, 09 de maio de 1997. STF – AI: 167777 Agr, Brasília, mai. 1997.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário**. Responsabilidade Tributária. Normas Gerais de Direito Tributário. Art 146, III, da CF. Artigo 135, III, do CTN. Sócios de Sociedade Limitada. Artigo 13 da Lei 8.620/93. Inconstitucionalidades formal material. Repercussão Geral. Aplicação da decisão pelos demais tribunais. Recurso improvido. Relator: Ministra Ellen Gracie. DJe 27, 09 de fevereiro de 2011. STF – RE: 562276, Brasília, fev. 2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. **NOTÍCIAS STF. STF julgará tema sobre local para recolhimento de IPVA**. 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=264182>>. Acesso em: 15 set. 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito das coisas. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEITÃO, Luis Manoel Teles Menezes. **Garantias das Obrigações**. Coimbra: Almedina, 2008. 2 v.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 32. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2011.

FERNANDES, Josafé Araujo e RODRIGUES, Edmilson Araujo. IPVA: Uma Análise Envolvendo Alienação Fiduciária e a Cobrança Efetivada pelo Estado de Minas Gerais por Meio da Solidariedade. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

MINAS GERAIS. Lei n. 14.937, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.** Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, dezembro 2003.

MORAES, Alexandre. **Direito constitucional.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil,** volume IV. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2003.